



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Resolução nº 8/2015

Aprovação da prestação de  
contas das despesas dos  
Senhores Deputados referente  
ao mês de janeiro de 2015.

Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 3, de 15 de março de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009 e Atos da Mesa Executiva nº 1551/2013 e 1873/2013, referente ao mês de janeiro de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2015.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator

  
Prof. Lemos

  
Assessor



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI 134/2015**

Dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou  
e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Cria o Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, destinado à consolidação das pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e paraestatal do Estado do Paraná, incluindo as empresas públicas e de economia mista nas quais o Estado seja majoritário.

**Art. 2º** São consideradas pendências passíveis de inclusão no Cadin Estadual:

- I - as obrigações pecuniárias vencidas e não pagas; e
- II - a ausência de prestação de contas, exigível em razão de disposição legal ou cláusulas de convênio, acordo ou contrato.

**Art. 3º** As pessoas físicas e jurídicas com registro no Cadin Estadual estarão impedidas de realizar com os órgãos e entidades da administração estadual os seguintes atos:

- I - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros da administração estadual;
- II - repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos;
- III - concessão de auxílios e subvenções;
- IV - concessão de incentivos fiscais e financeiros; e
- V - expedição de alvarás de licença, de autorização especial, ou de quaisquer outros tipos de alvarás, licenças, permissões ou autorizações decorrentes do Poder de Polícia Estadual.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Parágrafo Único.** O disposto neste artigo não se aplica:

I - às operações destinadas à composição e regularização das obrigações e deveres objeto de registro no Cadin Estadual, sem desembolso de recursos por parte do órgão ou da entidade credora; e

II - à concessão de auxílios a municípios atingidos por calamidade pública reconhecida pelo Governo do Estado, bem como às transferências voluntárias de que trata o § 3º, do art. 25, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 4º.** O disposto no artigo anterior não constituirá impedimento para que a autoridade competente firme contrato com pessoas jurídicas que exerçam atividades sob o regime de monopólio ou sob regime de concessão em que haja exclusividade na prestação de serviços, bem como, autorize os pagamentos decorrentes, desde que estes serviços sejam imprescindíveis para o Estado e que o fato seja devidamente justificado no respectivo processo administrativo.

**Art. 5º** O registro das pendências para fins de inclusão no Cadin Estadual deverá ser realizado, no prazo de até dez dias contados da inadimplência, pelas seguintes autoridades:

I - pelos titulares das Secretarias de Estado ou autoridades a eles equiparados, em relação às pendências relacionadas às respectivas Pastas;

II - pelo dirigente máximo, em relação às pendências relacionadas aos órgãos da administração indireta e paraestatal; e

III - pelo Diretor-Presidente, em relação às pendências relacionadas às empresas públicas e sociedade de economia mista.

**Parágrafo único.** A atribuição prevista no caput deste artigo poderá ser delegada, pelas autoridades ali indicadas, a servidor devidamente designado mediante Ato publicado no Diário Oficial do Estado.

**Art. 6º** Incumbirá à Secretaria de Estado da Fazenda expedir regulamento para implantação e manutenção do Cadin Estadual.

§ 1º Incumbirá à Secretaria de Estado da Fazenda, no prazo de cinco dias, contados do registro de que trata o art. 5º desta Lei, comunicar ao devedor, seja via postal, telegráfica ou eletrônica, que seu nome será incluído no Cadin Estadual.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

§ 2º A comunicação de que trata o § 1º deste artigo será considerada entregue quinze dias após a emissão.

§ 3º A inclusão no Cadin Estadual ocorrerá até trinta dias após decorrido o prazo de entrega de que trata o § 2º deste artigo.

§ 4º O prazo previsto no § 3º deste artigo, para a inclusão do Cadin Estadual das pendências constituídas até a data da regulamentação deste Capítulo, será de sessenta dias.

**Art. 7º** O Cadin Estadual conterá as seguintes informações:

- I - identificação do devedor;
- II - data da inclusão no cadastro;
- III - órgão responsável pela inclusão.

**Art. 8º** Os órgãos e entidades da administração estadual manterão registros detalhados das pendências incluídas no Cadin Estadual, permitindo irrestrita consulta pelos devedores aos seus respectivos registros, nos termos do Regulamento.

**Art. 9º** A inexistência de registro no Cadin Estadual constitui prova de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual para todos os efeitos legais e normativos.

§ 1º A certificação de inexistência de que trata o caput deste artigo substitui todas as certidões emitidas por órgãos ou entidades do Estado do Paraná, em nome da pessoa física e jurídica.

§ 2º A emissão da certidão de regularidade perante a Fazenda Pública Estadual, com base nos registros no Cadin Estadual deverá ser emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda com prazo de validade de até trinta dias, para fins de licitação ou outras situações específicas.

§ 3º Até a implantação do Cadin Estadual, a inexistência de registro no respectivo cadastro não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem elidirá a apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade perante a administração pública estadual.

**Art. 10.** O registro do devedor no Cadin Estadual ficará suspenso:

- I – quando o devedor comprovar que ajuizou ação com o objetivo de discutir a natureza da obrigação ou o seu valor, com oferecimento de garantia idônea e suficiente ao juízo; e



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

II – nas hipóteses em que a exigibilidade da pendência objeto do registro estiver suspensa, nos termos da Lei.

**Parágrafo único.** A suspensão do registro não acarreta a sua exclusão do Cadin Estadual, mas apenas a suspensão dos impedimentos previstos no art. 3º desta Lei.

**Art. 11.** Uma vez comprovada a regularização da situação que deu causa à inclusão no Cadin Estadual, o registro correspondente deverá ser excluído pelas autoridades indicadas no art. 5º, desta Lei, no prazo de até cinco dias úteis.

**Art. 12.** A inclusão ou exclusão de pendências no Cadin Estadual sem observância das formalidades ou fora das hipóteses previstas nesta Lei sujeitará o agente à responsabilização decorrente de seu ato.

**Art. 13.** A Secretaria de Estado da Fazenda será a gestora do Cadin Estadual, sem prejuízo da responsabilidade das autoridades indicadas no art. 5º, desta Lei.

**Art. 14.** O descumprimento, pela autoridade administrativa ou por seu delegado, dos deveres decorrentes desta Lei será considerado falta de cumprimento do dever funcional para fins de aplicação das penalidades previstas na legislação relativa à responsabilidade do detentor de cargo público.

**Art. 15.** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até noventa dias, contados da sua publicação.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



MENSAGEM

Nº 003 /2015

Curitiba, 24 de fevereiro de 2015.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 24 FEV. 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 24/2/2015

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva criar o Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, destinado à consolidação das pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da administração pública direta, indireta e paraestatal do Estado do Paraná, incluindo as empresas públicas e de economia mista nas quais o Estado seja majoritário.

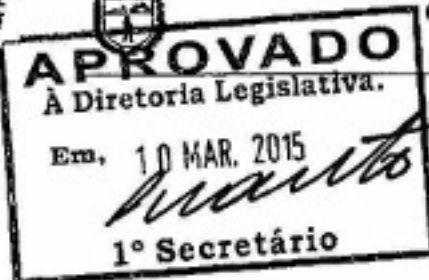
A criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN, medida de relevância preconizada no presente Anteprojeto de Lei, tem como objetivo centralizar as informações relativas às pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Paraná, constituindo poderoso instrumento de cobrança de inadimplentes junto ao Tesouro Estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ADEMAR TRAIANO  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

16:15 24/02/2015 000561 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

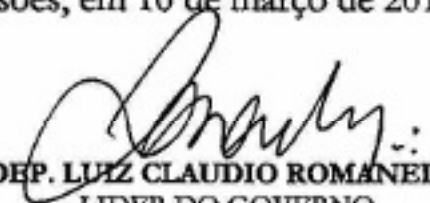


## REQUERIMENTO

**SÚMULA:** REQUER REGIME DE URGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 134/2015 – ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 003/15, que dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual e da outras providências, conforme especifica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o Douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno **REGIME DE URGÊNCIA** ao Projeto de Lei nº 134/2015 – oriundo da Mensagem n.º 003/15, que dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual e da outras providências, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2015.

  
DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
LIDER DO GOVERNO

15:47 10/03/2015 000957 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anotar-se e encaminhar-se  
Para Providências  
DL. 10103/15



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 134/2015**

Projeto de Lei nº. 134/2015

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 003/2015

**Súmula:** Dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual e dá outras providências.

**EMENTA:** DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO INFORMATIVO ESTADUAL – CADIN ESTADUAL. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 003/2015, tem como finalidade a criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual, a ser implementado e mantido pela Secretaria de Estado da Fazenda.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na  
forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa  
do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, o referido assunto aborda **tema de  
competência privativa do Governador do Estado**, eis que acaba por conferir  
nova atribuição à SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA, conforme a própria  
Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta  
Constituição, são de iniciativa privativa do  
Governador do Estado as leis que disponham  
sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das  
Secretarias de Estado e órgãos da Administração  
Pública.

Para se tornar mais claro o campo de atuação e competência  
da **SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**, no dia 15 de janeiro de 1997, foi  
aprovado Regulamento dessa Secretaria vide Decreto nº 2.838:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Fazenda -  
SEFA constitui, nos termos da Lei nº 8.485, de 03  
de junho de 1987, órgão de primeiro nível  
hierárquico da administração estadual, de  
natureza instrumental, para o planejamento, a  
coordenação, a fiscalização, o controle, a  
execução e a orientação normativa dos sistemas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



estaduais orçamentário, financeiros e de tributação.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda e as entidades da administração indireta a ela vinculadas têm como finalidade elaborar, acompanhar e executar o orçamento do Estado, obter e fornecer ao Poder Público os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública as informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e a ampliar os setores da economia.

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:  
(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº. 101/00 observa-se que o Projeto não visa o aumento de despesas e sim a

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



constituição de um elemento de cobrança de inadimplentes junto ao Tesouro Estadual.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 03 de março de 2015.

Nelson Justus

Presidente

Luiz Cláudio Romanelli

Relator

**APROVADO**

**17.03.15**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Finanças*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 134/15**

**Projeto de Lei nº. 134/2015**

**Autor: Poder Executivo**

***Súmula:** Dispõe sobre a criação do cadastro informativo estadual – CADIN Estadual e dá outras providências.*

**EMENTA:** CADIN ESTADUAL. CONTROLE DE DEVEDORES. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE. LEGITIMIDADE. APLICABILIDADE. ADEQUAÇÃO FINANCEIRA. FAVORÁVEL. LC Nº 101/2000.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Poder Executivo, através da mensagem de lei nº 03/2015, que dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN ESTADUAL e dá outras providências, anteriormente à submissão à presente Comissão de Finanças foi detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável na sessão do dia 17 de março de 2015, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-B.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-B, assim dispõe:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Finanças*



**Art. 33-B. Cabe à Comissão de Finanças manifestar-se:**

I - sobre todas as proposições, inclusive as de outras comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública.

II - sobre atividades financeiras do Estado.

III - sobre matéria tributária, empréstimos públicos; e

IV - sobre matérias que disponham sobre a remuneração dos agentes políticos estaduais, incluindo os Secretários de Estado, os Magistrados e os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas.

Desta feita, o presente projeto de lei, em especial por prever eventual acréscimo de receita ao estado, mediante efetivação da cobrança de débitos fiscais, merece análise desta d. Comissão de Finanças.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento e alinhamento às normas que regem a constituição do sistema financeiro do Estado.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 37, XXII da CF/88, que dispõe sobre a prioridade das instituições fazendárias, inclusive no que concerne ao compartilhamento de cadastros, senão vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Finanças*



carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

(...)

Ora, resta evidente a possibilidade de se efetivar a criação de um cadastro de inadimplência para uso da fazenda pública, a fim de organizar as atividades de cobrança, bem como fomentar os pagamentos mediante restrições aos benefícios junto ao Estado, para devedores, nos termos legais.

Lembremos que a Constituição Federal outorga aos Estados Membros a possibilidade de instituir impostos e demais tributos, conforme se denota do texto constitucional abaixo transcrito:

*Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:*

*I - impostos;*

*II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;*

*III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.*

*§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.*

(...)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Finanças*



Compreenda-se que a cobrança de tributos não se constitui em faculdade ao administrador, mas sim, DEVER, vez que a renúncia de receita pode ser compreendida como ato de improbidade administrativa.

Portanto, demonstra-se salutar e legal a presente proposta em face de seu espectro de efetivação fiscal.

Nada obstante, abaixo da Constituição Federal, a principal norma que exige tal adequação é a Lei Complementar nº 101/2000, senão vejamos:

***Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.***

Por isso, esse tem que ser o arcabouço normativo aplicado à presente análise, tendo em vista a competência da presente Comissão.

Assim sendo, considerando que da detida análise do presente projeto de lei, tem-se que as medidas previstas possuem como principal escopo a fiscalização dos tributos instituídos, resta dispensada a apresentação dos documentos dispostos no art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000:

***Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato***

***administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.***

***§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.***



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Finanças*



§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Portanto, os requisitos exigidos para a aprovação na presente comissão de finanças restam cumpridos, vez que atinentes à disposições constitucionais e legais existentes que regulam o tema.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Finanças*



Ainda, vale o destaque de que tal medida poderá gerar importante acréscimo de receita para os cofres do Estado, sem que sejam efetivados aumentos tributários e/ou quaisquer outras medidas que prejudiquem os contribuintes que mantem em dia suas obrigações legais.

Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

#### CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Finanças, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa.

Sala das Comissões, 18 de março de 2015.

  
Dep. Estadual TIAGO AMARAL

RELATOR


DEP. ARTAGÃO JÚNIOR  
PRESIDENTE

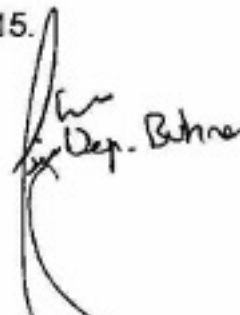
Dep. Estadual GILSON DE SOUZA

PRESIDENTE

Em exercício

  
Dep. Duplomon

  
Dep. Icanavaco

  
Dep. Behnen





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## **COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

### **PARECER AO PROJETO DE LEI N. 134/15**

**Projeto de Lei n. 134/2015**

**Autor: Poder Executivo**

**SÚMULA:** *Dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual e dá outras providências.*

**EMENTA: CADIN ESTADUAL. CONTROLE DE DEVEDORES. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE. LEGITIMIDADE. APLICABILIDADE. ADEQUAÇÃO FINANCEIRA. FAVORÁVEL.**

### **PREÂMBULO:**

O Projeto de Lei em análise, oriundo do Poder Executivo, encaminhado a esta Casa de Leis através da Mensagem n. 003/2015, dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – CADIN ESTADUAL e dá outras providências. Submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças desta Casa de Leis, recebeu de ambas pareceres favoráveis, tendo seguido para esta Comissão de Indústria e Comércio para análise nos termos ditados pelo Regimento Interno desta ALEP, especialmente em seu art. 33-M:



## *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



*Art. 33-M Compete à Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria e comércio.*

### **FUNDAMENTAÇÃO:**

Se na Comissão de Constituição e Justiça analisou-se a constitucionalidade, nesta Comissão de Indústria e Comércio passamos a analisar o mérito da matéria.

O Governo Federal possui o CADIN, onde se encontram registrados os nomes de pessoas físicas e jurídicas em débito para com órgãos e entidades federais. As informações contidas no CADIN permitem à Administração Pública Federal uniformizar os procedimentos relativos à concessão de crédito, garantias, incentivos fiscais e financeiros, bem como à celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos de modo a favorecer a gestão seletiva dos recursos existentes.

Aqui no Paraná, o Cadastro de Inadimplentes (Cadin) do TCE reúne dados e informações sobre agentes públicos em débito com relação a decisões emitidas pelas instâncias colegiadas do Tribunal. Também informa sobre decisões de aplicação de restituição de valores, multas administrativas, multas proporcionais ao dano causado e multas por infração fiscal.

Nessa esteira, através do Projeto de Lei n. 134/2015, o Governo do Estado cria este mecanismo para busca combater a inadimplência no recolhimento de impostos e taxas. O Cadin Estadual vai centralizar informações relativas às pendências de empresas e de cidadãos perante órgãos da administração direta e indireta do Paraná, constituindo-se, assim, em um instrumento de cobrança dos inadimplentes do Estado.



## *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



Assim, da análise do Projeto, reconhecemos a importância da criação deste mecanismo para combater a inadimplência contra os cofres públicos, que é ainda uma maneira de aumentar a arrecadação do Estado mediante a cobrança do que lhe é devido.

Finalmente, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em pauta, o Projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos exigidos pela Lei Complementar Federal n. 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar n. 176/2014 que dispõem, ambas, sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Ainda, a apresentação do Projeto está em consonância com os artigos 65, 66 e 87, todos da Constituição Estadual.

### **CONCLUSÃO:**

Finda a análise do Projeto de Lei n. 134/2015, e não encontrando óbice que impeça a continuidade de sua normal tramitação, nosso parecer é FAVORÁVEL na Comissão de Indústria e Comércio.

Sala de Sessões, em 24 de março de 2015.

**DEP. MÁRCIO PAULIKI**

**PRESIDENTE**

**DEP. PAULO LITRO**

**RELATOR**

Francisco de Assis



Emenda de Plenário nº 01


DAP 01 ABR. 2015

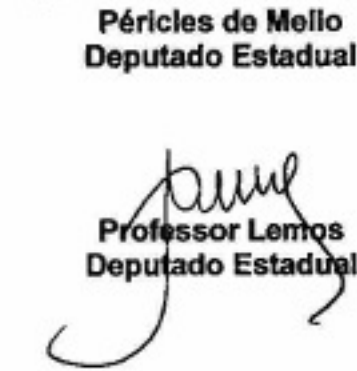
Visto Claudio


EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 134/2015


Nos termos do § 1º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se emenda para suprimir o art. 4º do Projeto de Lei nº 134/2015, renumerando-se os artigos posteriores.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2015.


  
Tadeu Veneri  
Deputado Estadual

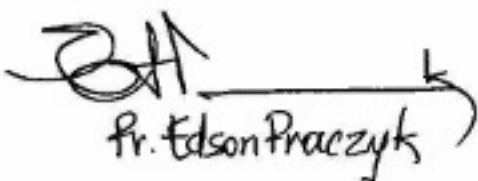
  
Péricles de Mello  
Deputado Estadual

  
Professor Lemos  
Deputado Estadual

  
Requião Filho  
Deputado Estadual

  
Aníbelli Neto  
Deputado Estadual

  
Nereu Moura  
Deputado Estadual

  
Pr. Edson Praczyk



**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa suprimir o art. 4º do Projeto de Lei nº 134/2015.

O artigo dispõe que não constituirá impedimento para que a autoridade competente firme contrato com pessoas jurídicas que exercem atividades sob o regime de monopólio ou sob regime de concessão em que haja exclusividade na prestação de serviços, bem como autorize os pagamentos decorrentes, desde que estes serviços sejam imprescindíveis para o Estado e que o fato seja devidamente justificado no respectivo processo administrativo.

Na prática, o dispositivo isenta determinados sujeitos do cumprimento da Lei, importando em tratamento diferenciado por parte da administração pública e assim, violando o Princípio da Isonomia Administrativa.

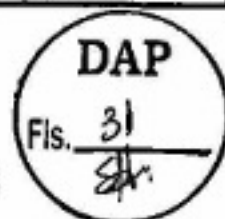




# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Emenda de Plenário nº	02
01 ABR. 2015	
DAP	
Visto	<i>Claudio</i>



## EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº: 134/2015

**Súmula:** Dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual e dá outras providências.

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda para alterar o teor do § 2º do Art. 6º Projeto de Lei nº 134/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º .....

..

§ 2º - A comunicação de que trata o § 1º deste artigo será considerada entregue quinze dias após a efetiva e respectiva postagem ou envio.”

Sala das Sessões, 01 de Abril de 2015.

Comissão de Indústria e Comércio



## **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



### **JUSTIFICATIVA**

A redação prevista no projeto estabelecia que a comunicação da inclusão no Cadin, seria considera entregue, quinze dias após a emissão da notificação, porem o tramite de emissão até a efetiva postagem, no caso, por exemplo, de emissão via correio poderia gerar um lapso temporal que viria a prejudicar o consumidor, pois poderiam ocorrer atrasos no tramite interno da emissão até sua efetiva postagem.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres parlamentares para na aprovação da presente emenda modificativa.

Comissão de Indústria e Comércio



# Assembleia Legislativa do Estado do

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khouri  
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Emenda de Plenário nº 03

DAP 01 ABR. 2015

Paraná

Visto

*Claudia*

DAP

Fls. 33

## EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº: 134/2015

**Súmula:** Dispõe sobre a criação do Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual e dá outras providências.

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se esta emenda para alterar o teor do Art. 8º Projeto de Lei nº 134/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º - Os órgão e entidades da administração estadual manterão registros detalhados das pendências incluídas no Cadin Estadual, permitindo irrestrita consulta EXCLUSIVAMENTE pelos devedores aos seus respectivos registros, preservado o direito ao sigilo dos mesmos, nos termos do Regulamento."

Sala das Sessões, 01 de Abril de 2015.

*[Assinaturas]*

Comissão de Indústria e Comércio

*[Assinatura]*



## **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



### **JUSTIFICATIVA**

A redação prevista no projeto não restringia à consulta as informações das dividas registradas no Cadin, ou seja, o Estado ficaria susceptível a ações por quebra de sigilo de alguns indêbitos, por tanto o detalhamento dos débitos, ficaram disponíveis exclusivamente ao próprio devedor.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres parlamentares para na aprovação da presente emenda modificativa.

Comissão de Indústria e Comércio



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 134/15.**

**Projeto de Lei nº 134/15 – Mensagem nº 003/2015.**

**Emenda nº 01 – Supressiva.**

**Emenda nº 02 – Modificativa.**

**Emenda nº 03 – Modificativa.**

MENSAGEM Nº 003/2015 - DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CADASTRO INFORMATIVO ESTADUAL - CADIN ESTADUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMENTA: ARTS. 137, §1º, §4º, E ART. 141, I, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 24 E 25 DA LEI Nº. 8.666/93. PARECER PELA REJEIÇÃO DA EMENDA Nº. 01 E APROVAÇÃO DAS EMENDAS Nº. 02 E 03.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem como objetivo a criação do cadastro informativo estadual – CADIN e da outras providências, sendo que o mesmo recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu três emendas, sendo duas Emendas Modificativas, de autoria da Comissão de Indústria e Comércio e uma Emenda Supressiva de autoria da Bancada da Oposição.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Por esta razão é que as emendas supramencionadas se submetem a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

- I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;
- II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º,  
deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as emendas foram propostas no início da 2ª Discussão em Plenário e devidamente apoiadas por cinco Deputados.

**Emenda nº 01 - Supressiva**

A emenda Supressiva, em síntese, tem por finalidade suprimir o Art. 4º do Projeto de Lei inicial consoante se infere às fls. 29 dos autos do projeto de lei.

O Regimento Interno, em seu art. 137, § 1º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-as consoante se infere:

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.**

Contudo, no que tange a exclusividade na prestação de serviço, bem como, autorize os pagamentos decorrentes, desde que estes sejam imprescindíveis para o Estado a Lei nº. 8.666, de 21 de JUNHO DE 1993, que *regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências*, estabelece no seu art. 25 a inexigibilidade quando for inviável a competição, senão vejamos:

**Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

No mesmo sentido, o art. 24 da referida lei, aponta que será dispensável a licitação no caso de guerra ou grave perturbação da ordem, nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando não acudirem interessados à licitação anterior e demais fatos que possam ocorrer nesse sentido, consoante se infere:

**Art. 24. É dispensável a licitação:**

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

III - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

V - quando não acudirem Interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

VI - quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



VII - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes, casos em que, observado o parágrafo único do art. 48 desta Lei e, persistindo a situação, será admitida a adjudicação direta dos bens ou serviços, por valor não superior ao constante do registro de preços, ou dos serviços;

VIII - [...]

Nesse contexto, verificando a redação trazida pela Lei Federal nº. 8.666-93 evidencia-se as possibilidades de contratação sem licitação, o que não permite, por esse motivo, suprimir o art. 4º do projeto de lei inicial (fls. 03), uma vez que o mesmo dispõe sobre não constituir impedimento para que a autoridade competente firme contrato com pessoas jurídicas que exerçam atividades sob o regime de monopólio ou sob concessão em que haja exclusividade na prestação de serviços.

A justificativa apresentada para a supressão do referido artigo é de que o dispositivo na prática isenta determinados sujeitos do cumprimento da lei, importando em tratamento diferenciado por parte da administração pública e assim, violando o princípio da isonomia.

Ocorre, que tal justificativa não se coaduna com o ordenamento jurídico, eis que já existe previsão legal para o tratamento diferenciado para determinados "sujeitos".

De igual sorte, ainda há hipótese de dispensa de procedimento licitatório, art. 24, XXII para a contratação de fornecimento ou suprimento de energia



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas de legislação específica.

Nesta mesma linha de entendimento, o Tribunal de Contas da União emitiu pareceres sob nº 431/97 e Acórdão 1.402/2008 – Plenário, tendo admitido, que com base no princípio da indisponibilidade do interesse público, há possibilidade excepcional de contratação de empresa não detentora de regularidade fiscal, dado o monopólio por ela exercido sobre a atividade apta a satisfazer a necessidade do poder público.

Desta forma, verifica-se que a presente emenda Supressiva encontra divergência como à legislação no âmbito Federal, e com a legislação estadual lei nº 15.608/07, bem como, entendimentos jurisprudenciais dos órgãos de controle de contas, devendo a mesma ser rejeitada.

**Emenda nº 02 - Modificativa**

A emenda Modificativa, em síntese, almeja alterar o teor do §2º do Art. 6º, do Projeto de lei Inicial proposto pelo Poder Executivo, conforme se verifica as folhas 31.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa apresenta consonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista a coerência ao projeto inicial.

Portanto, a Emenda acima mencionada não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.

**Emenda nº 03 - Modificativa**

A emenda nº. 03, em resumo, pretende modificar o teor do art. 8º do Projeto de Lei inicial, consoante se infere as folhas 33.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade de Emenda Modificativa ao projeto de lei, desde que, não descaracterize a essência do projeto, bem como não deixe de apresentar relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal, consoante se infere:

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º. Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.**

Assim sendo, verifica-se que a presente Emenda Modificativa apresenta consonância com ditames constitucionais e legais, tendo em vista a coerência ao projeto inicial.

Portanto, a Emenda acima mencionada não encontrando óbice ao seu prosseguimento, devendo a mesma ser aprovada.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº. 95/98, bem como, no



**Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

âmbito estadual, da Lei Complementar nº. 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais e constitucionais, bem como as emendas apresentam consonância com o artigo 137 do Regimento Interno, opina-se pela **APROVAÇÃO das Emendas nº. 02 e 03. Contudo, considerando o disposto na Lei 8.666/93, opina-se pela REJEIÇÃO da Emenda nº. 01.**

Sala das Comissões, em 08 de Abril de 2015.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

Presidente

**Dep. Luiz Claudio Romanelli**

Relator

**VOTO  
CONTRARIO  
AO PARECER**

Pericles Mello  
Pr Edson

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
Dep. Claudio  
Dep. Triago Amoral

*[Assinatura]*  
Dep. Francischini  
Dep. Fayon

**APROVADO**

08.04.15 *[Assinatura]*

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

*[Assinatura]*  
Dep. Foster